



A Investigação científica em Institutos Superiores de Ciências de Educação em Angola: fatores potenciadores, constrangimentos e estratégias de dinamização

Scientific research in Angola's Higher Institutes of Educational Sciences: potentiating, constraints and dynamization strategies

Francisco Bebecas

Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla, Angola
faustudo.bebecas@ua.pt

Nilza Costa

Departamento de Educação e Psicologia
Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores
Universidade de Aveiro, Portugal
nilzacosta@ua.pt

Dayse Neri de Souza

Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP-EC
Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores/CIDTFF- UA, Portugal
dayse.souza@unasp.edu.br; dayneri@ua.pt

Resumo

Este artigo tem como foco principal apresentar e discutir fatores potenciadores e constrangimentos existentes no desenvolvimento da investigação científica/IC em Institutos Superiores de Ciências de Educação/ISCED em Angola, assim como de estratégias para incrementar a sua dinamização. A opção metodológica do estudo foi de natureza qualitativa, seguindo um paradigma interpretativo, e de uma abordagem de estudo de caso, no contexto de quatro instituições escolhidas, por conveniência: os ISCED de Benguela, do Cuanza Sul, do Huambo e da Huíla. O estudo empírico envolveu duas fases, a primeira, mais global, relativa à análise documental de orientações políticas para a IC no País, e a segunda que incluiu o estudo de caso em ISCED. Participaram do estudo de caso dez responsáveis dessas instituições (diretores, decanos para a área científica, entre outros). A recolha de dados foi realizada através da análise de documentos político-normativos enquadradores das instituições de ensino superior (IES) do País, com enfoque na sua missão investigativa, e de entrevista semiestruturada aos participantes referidos. Os dados foram sujeitos a análise de conteúdo com recurso ao software webQDA 3.0. Os resultados obtidos evidenciam i) a atenção dada pelo poder político, através de diferentes normativos, de orientações promotoras da IC no Ensino Superior e da sua qualidade, apesar de as mesmas não parecerem ser relevantes para os entrevistados; (ii) a capacitação dos recursos humanos, nomeadamente através da pós-graduação, como um dos mais importantes fatores potenciadores da IC realizada em ISCED; (iii) a não existência de financiamento, como o maior constrangimento à realização da IC nessas Instituições; e (iv) alguma discrepância nas sugestões dos entrevistados quanto às estratégias para dinamizar a IC, em relação às orientações dadas pelos normativos nacionais, por exemplo no que concerne a organização da IC e a sua avaliação. Com base nos resultados obtidos, e na literatura da especialidade, apresentam-se sugestões de estratégias para potenciar e incrementar a qualidade da IC nos



ISCED, como por exemplo i) dinamizar atividades para um melhor conhecimento e integração das orientações da política investigativa do País no planeamento da IC a realizar, ii) organizar a IC em centros de investigação e iii) valorizar a monitorização e avaliação da IC.

Palavras-chave: Institutos Superiores de Ciências da Educação de Angola; Investigação científica; Factores potenciadores, Constrangimentos e Estratégias

Abstract

The main focus of this article is to present and discuss the potential factors and constraints in the development of scientific research/IC in Higher Education Institutes of Educational Sciences/ISCED in Angola, as well as strategies to increase its dynamism and quality. The methodological option of the study was qualitative, following an interpretative paradigm, and a case study approach, in the context of four Institutions, chosen by convenience: ISCED of Benguela, Cuanza Sul, Huambo and Huíla. The empirical study involved two phases, the first, more global, looked at documentary analysis of political guidelines for Angolan higher education institutions, and the second included a case study in the context of 4 ISCED. Ten of these institutions' representatives (directors, deans for the scientific area, among others) participated in the case study. Data collection was carried out through the analysis of politico-normative documents which guide the higher education institutions of the country, focusing on their investigative mission, and a semi-structured interview with the referred participants. The data were subjected to content analysis using webQDA 3.0 software. The results obtained showed i) the attention given by the political power, through different laws, to promote IC in Higher Education as well as its quality, although they do not seem to be relevant to the interviewees; (ii) the formation of human resources, namely through post-graduate course, as one of the most important factors that enhances the ICHF at ISCED; (iii) the absence of financing, as the greatest constrain to the implementation of the IC in these Institutions; and (iv) some discrepancy in the interviewees' suggestions regarding strategies to boost IC in relation to the guidelines given by national regulations, for example regarding the organization of IC and its evaluation. Based on the results obtained, and in the literature, suggestions of strategies to increase IC and its quality in the ISCED are presented, as for example i) to stimulate activities for a better knowledge and integration of the guidelines of the country's research policy in IC planning, ii) to organize IC in research centers and iii) to enhance the monitoring and evaluation of IC.

Keywords: Higher Education Institutes of Educational Sciences in Angola; Scientific investigation; Key factors, constraints and strategies

Résumé

Le focus principal de cet article est de présenter et discuter les facteurs et contraintes potentiels dans le développement de la recherche scientifique/IC dans les Instituts d'enseignement supérieur/ISCED CITE en Angola, ainsi que des stratégies pour accroître son dynamisme.



L'option méthodologique de l'étude était qualitative, suivant un paradigme interprétatif, et une approche d'étude de cas, dans le contexte de quatre institutions choisies, par commodité: ISCED de Benguela, Cuanza Sul, Huambo et Huíla. L'étude empirique comportait deux phases, la première, plus globale, concernant l'analyse documentaire des lignes directrices politiques en matière d' IC dans le Pays, et la deuxième, qui comprenait l'étude de cas de la IC dans les ISCED. Dix représentants de ces institutions (directeurs, doyens du domaine scientifique, entre autres) ont participé à l'étude de cas. La collecte des données a été réalisée à travers de l'analyse des documents politico-normatifs encadrant les établissements d'enseignement supérieur du Pays, en se concentrant sur leur mission d' IC, et des entretiens semi-structurés avec les participants référés. Les données ont été soumises à une analyse de contenu à l'aide du software WebQDA 3.0. Les résultats obtenus ont mis en évidence: i) l'attention accordée par le pouvoir politique, à travers de différentes normes, aux directrices de la promotion de l' IC dans l'enseignement supérieur et sa qualité, même si elles ne semblent pas pertinentes pour les interviewés; (ii) la formation des ressources humaines, notamment par le biais du cours de troisième cycle, en tant que l'un des facteurs les plus importants qui améliorent la IC à les ISCED; (iii) la non-existence du financement, qui constitue la plus grande contrainte à la mise en œuvre de l'IC dans ces institutions; et (iv) une certaine divergence dans les suggestions des personnes interrogées concernant les stratégies pour stimuler l'IC par rapport aux directives données par les réglementations nationales, par exemple en ce qui concerne l'organisation de l'IC et son évaluation. Sur la base des résultats obtenus, et dans la littérature de la spécialité, des suggestions sont présentées pour améliorer la qualité de l' IC dans les ISCED, par exemple i) stimuler les activités pour une meilleure connaissance et intégration des lignes directrices de la politique d'investigation du Pays dans la planification de l'IC à réaliser, ii) l'organisation de l'IC dans les centres de recherche et iii) améliorer l'évaluation de l' IC.

Mots-clés: Instituts supérieurs des sciences de l'éducation en Angola; Recherche scientifique ; Facteurs optimisateurs, contraintes et stratégies

Introdução e Enquadramento

A investigação científica/IC é um dos eixos transversais das instituições de ensino superior/IES. Todavia, e apesar de se verificar um crescimento do ensino superior/ES em África, a IC em muitas das suas universidades é limitada devido a diversos fatores, entre os quais: (a) ausência de condições necessárias à investigação e ao trabalho dos investigadores, (b) reduzido financiamento para a investigação, (c) falta de meios e autorizações para as iniciativas investigativas (Varela, 2015). De acordo com o mesmo estudo, este cenário, caracterizado globalmente por haver "*uma aposta deficiente na investigação*" (p.15), tem tido efeitos negativos na qualidade das IES nesse continente.

Afere-se, assim, que as IES africanas enfrentam diversos desafios num contexto em que ES ainda procura a sua afirmação. Há, por esse facto, uma preocupação crescente em relação à qualidade do ES em Africa, sobretudo na sua região austral (Kotecha, 2012). Por isso, as universidades africanas da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, de que



Angola é membro, ocupam posições muito baixas nos *rankings* mundiais sobre a qualidade das IES (Varela, 2015). Este quadro leva a que as IES em África lutem, em simultâneo, quer para adquirir recursos financeiros, quer humanos necessários para se repositonarem como uma força de desenvolvimento nesse continente (Kotecha, 2012).

Já em 2009, a Conferência Mundial de Educação Superior (UNESCO, 2009) deu particular atenção aos desafios e oportunidades para a revitalização do ensino superior/ES em África, e em particular no que concerne a IC. No Comunicado da referida Conferência, dão-se sugestões específicas para a evolução da qualidade da IC nesse continente, por exemplo: estímulo “ (...) da colaboração institucional, regional, nacional e internacional. (...) de uma orientação estratégica com relação ao estabelecimento/fortalecimento dessa colaboração (...)” (Unesco, 2009, Ponto 43, p. 5); melhorar “ (...) a atratividade das carreiras académicas garantindo os direitos e as condições adequadas de trabalho dos funcionários académicos (...)” (idem, alínea k, p. 7); desenvolver “ (...) sistemas de pesquisa mais flexíveis e organizados que promovam a excelência científica (...)” (idem, alínea n, p. 7).

A melhoria da qualidade do ES em Angola, e em particular a promoção da IC nas IES do País, têm sido uma das prioridades dos governos Angolanos sobretudo nos últimos 10 anos, e alvo de diversa legislação, existindo hoje um quadro jurídico-legal e normativo da IC em Angola (Buza, 2017a). Assim, por exemplo, a Constituição da República de Angola (2010), conforme ilustra o seu artigo 79, n.º 2 (“O Estado promove a ciência e a investigação científica e tecnológica no País”) responsabiliza o Estado na promoção da IC. O mesmo estudo refere um conjunto de normativos que fazem hoje parte desse quadro jurídico-legal e normativo, entre eles: o Decreto n.º 90/09, com as “Normas Gerais Reguladoras do Ensino Superior”; o Decreto Presidencial n.º 196/11, que define a “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”; o Decreto Presidencial n.º 201/11, que apresenta a “Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” e o Decreto Presidencial n.º 224/11, que estabelece o “Mecanismo de Coordenação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”. Mais recentemente, a nova Lei de Bases de Educação e Ensino (Lei 17/16) refere, no seu Artigo 63º, alínea f), que um dos objetivos principais do subsistema do ES é “promover a investigação científica, a divulgação e aplicação dos seus resultados, para o e Apesar desses esforços, um estudo recente (Buza, 2017b) identifica, como principais desafios da IC em Angola, particularmente sobre o Ensino Superior, os seguintes: “ (...) maior divulgação da produção científica, mais socialização entre os investigadores e melhoria do acesso ao conhecimento que tem sido produzido; maior interação entre investigadores e docentes nacionais; aumento da cooperação institucional entre as instituições locais ou nacionais; definição das linhas de investigação e de grupos de investigação nas instituições.” (p. 10).

De entre as IES Angolanas existem os Institutos Superiores de Ciências de Educação/ISCED, sete (7) na totalidade, tendo sido o primeiro criado na Província da Huíla, cidade do Lubango, em 1980, pelo decreto n.º. 95/80 (Ferreira, 2011). Estas instituições podem ser de âmbito regional ou provincial (Decreto-Lei n.º 97/09). Os de âmbito regional devem implementar unidades orgânicas em todas as províncias, de acordo com a região académica na qual estão inseridos), e os de âmbito provincial devem desenvolver as suas atividades na Província em que foram criados.



De acordo com Silva (2011, p. 23), os ISCED são "(...) um produto da história da educação em Angola (...)", tendo surgido "(...) da necessidade de colmatar a escassez de quadros de educação e ensino (...)", e tendo como áreas de atuação "(...) a formação de professores, formadores e, indirectamente, gestores da educação." Assim como todas as IES públicas em Angola, também os ISCED têm uma missão investigativa, nomeadamente a de "Desenvolver e credibilizar os domínios científicos e os campos de intervenção ligados à área das Ciências da Educação e da Psicologia em Angola" (Silva, 2011, p. 30), missão essa que também precisa de ser reforçada no sentido da sua dinamização (Silva e Bondo, 2011).

O nosso estudo desenvolve-se no contexto dos ISCED, em particular nos de Benguela, Cuanza Sul, Huambo e Huíla. Estes pertencem, respetivamente, às regiões académicas/RA II (Benguela e Quanza Sul), V (Huambo) e VI (Huila). De notar que as RA (no total de 7 no País) foram criadas pelo Decreto-Lei n.º 5/09, como consequência da expansão e reorganização da rede de ensino superior, dos reduzidos recursos humanos e materiais, procurando garantir um desenvolvimento sustentável das IES tendo como linha orientadora as prioridades económicas e sociais das regiões criadas.

O estudo aqui em análise tem como principal objectivo: caracterizar perceções de responsáveis institucionais de ISCED sobre o estado de desenvolvimento da IC nas suas Instituições, e mais particularmente sobre fatores potenciadores, constrangimentos e estratégias para a sua dinamização. A sua finalidade é dupla: construir conhecimento sobre o objeto do nosso estudo – a IC em ISCED, num País onde escasseiam estudos de investigação e, por outro, contribuir com sugestões sustentadas, para incentivar a IC nos ISCED, na linha da atual política educativa do País.

A estrutura do artigo, e para além desta introdução e enquadramento, inclui uma descrição da metodologia seguida, a apresentação e discussão dos resultados relativos às suas duas vertentes e suas articulações (política nacional sobre a IC em IES, e a IC realizada em ISCED) e, por fim, tecem-se considerações centradas em sugestões para potenciar a IC realizada, nomeadamente nos ISCED.

Metodologia

A opção metodológica utilizada foi de natureza qualitativa, paradigma interpretativo, numa abordagem que envolveu, numa 1ª fase, um estudo documental e, numa 2ª, um estudo de caso. Este ocorreu no contexto de quatro instituições escolhidas, por conveniência: o ISCED de Benguela, do Cuanza Sul, do Huambo e da Huíla.

A recolha de dados foi feita através da conjugação de diferentes métodos e instrumentos porque, segundo Amado (2013), essa conjugação "(...)permite ajuizar da coerência ou incoerência dos resultados" (p. 212). Assim, a recolha de dados foi feita através de análise documental (documentos da política educativa sobre a dimensão investigativa no ES em Angola), e de inquérito por entrevista semiestruturada. Foram entrevistados 10 sujeitos com responsabilidades na missão da IC dessas Instituições, no período de 6 de abril a 13 de junho



de 2016, Os dados foram submetidos a análise de conteúdo, para a qual se recorreu à teoria de Bardin (2014), com o apoio do software webQDA 3.0. As categorias e subcategorias de análise emergiram a partir de leituras flutuantes e pré-análise dos documentos institucionais e das perspetivas dos participantes no estudo de caso.

Apresentação e discussão dos resultados

Os resultados são aqui apresentados e discutidos para cada uma das duas vertentes do estudo empírico.

Estudo documental: política educativa no ES em Angola e a sua dimensão da IC

De um modo geral “não existe investigação sem documentação” (Albarello, Digneffe, Maroy, Ruquoy & Saint - Georges (2005, p. 15). No nosso estudo esta permitiu-nos fazer uma caracterização sumária das orientações politico-normativas relativas à IC nas IES em Angola, que permitiram um enquadramento mais geral do nosso objecto de estudo.

Os documentos oficiais consultados acerca do que se almeja da missão investigativa nas IES em Angola, das suas prioridades e organização, foram os seguintes: Normas Gerais Reguladoras do ES (Decreto-Lei nº 90/09); Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/ENCTI (Decreto-Presidencial nº 196/11); Política Nacional de Ciência&Tecnologia&Inovação/PNCTI (Decreto-Presidencial nº 201/11) e Mecanismo de coordenação do Sistema Nacional de Ciência&Tecnologia&Inovação (Decreto-Presidencial n.º 224/11). De notar que estes documentos fazem parte do quadro jurídico-legal e normativo da IC em Angola já referido (Buza, 2017a).

Ilustra-se, de seguida, um exemplo da análise feita ao documento sobre a PNCTI (Decreto-Presidencial/DP nº 201/11):

A estratégia da PNCTI consubstancia-se em três eixos, Organização e Desenvolvimento do Sistema Nacional/SN de Ciência&Tecnologia&Inovação/CT&I (eixo/E1), Contribuição da CT&I para o Desenvolvimento Sustentado de Angola (E 2) e Financiamento do SN de CT&I (E3).

No E1, a estratégia preconiza o fomento da capacitação dos recursos humanos (através de cursos de especialização, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento), a atualização e regulamentação do estatuto da carreira de investigador científico e a promoção e aumento de investigadores falantes das línguas estrangeiras mais utilizadas na IC (“O reforço e capacitação dos recursos humanos, capazes de suportar a edificação de uma sociedade de conhecimento, deve passar pela aposta na formação técnica, tecnológica e avançada (especialização, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento) de forma a reforçarem-se as instituições de ensino (...)” (“I- Capacitação de Recursos Humanos” (p. 3578). Prevê-se, ainda, a importância da cooperação científica tecnológica, estimulando-se “(...) a adesão a redes de investigação, ou a sua criação, bem como o estabelecimento de acordos (...)” (“III Cooperação Científica e Tecnológica”, p. 3578).



No E2, a estratégia estabelece a necessidade de se reforçar a "(...) consciência nacional sobre a prioridade das actividades de investigação (...)" e também o recurso a actividades de sistematização e a realização de estudos, em particular sobre a realidade do País (p. 3578-3579).

Finalmente, no E3, e entre outras medidas, pretende-se financiar "actividades de investigação", como projetos e participação de investigadores angolanos em eventos científicos nacionais e internacionais. Refere-se, ainda, a necessidade da captação de financiamento, quer através do estado, quer de parcerias público-privadas de forma a assegurar "(...) o financiamento e a gestão adequada das actividades de investigação científica (...)" (p. 3579).

Uma outra dimensão referida nos documentos analisados diz respeito à necessidade de incrementar a monitorização e avaliação da IC (ver, por exemplo, o artigo 33º do DP n.º 224/11, designado por "Acompanhamento e avaliação dos programas e projectos").

A tabela 1 apresenta as seis dimensões emergentes da análise documental realizada, sobre a dinamização da IC em Angola e, para cada uma delas, exemplos de fontes consultadas, inspiradas também por literatura da especialidade. De notar que estas dimensões tiveram um relevante papel na definição das categorias de análise dos dados recolhidos nas duas vertentes do nosso estudo.

Tabela 1: Dimensões emergentes da análise documental sobre as estratégias de dinamização da IC em Angola vs exemplos de fontes consultadas

| Estratégias (desafios) de dinamização da IC em Angola | Fontes documentais (exemplos) |
|---|---|
| (Investimento na capacitação da) Carreira académica (ex. formação pós-graduada/FPG, formação em língua inglesa/FLI) | DP n.º 201/11 (E1) |
| (Maior) Disseminação do conhecimento (ex. artigos/Ar, comunicações/Com em eventos nacionais e internacionais) | Lei 17/16; DP n.º 201/11 (E2); DP n.º 201/11 (E3) |
| (Melhorar a) Organização da investigação (ex. centros/CI e grupos de investigação) | DP n.º 201/11 (E1) |
| (Estabelecimento e fortalecimento de) Colaborações institucionais/Parcerias (nacionais e internacionais) | DP n.º 201/11 (E1) |
| (Incrementar a) Avaliação da Investigação | DP n.º 224/11 |
| (Captação de) Financiamento | DP n.º 201/11 (E3) |



A tabela 2 indica, para cada um dos quatro documentos oficiais analisados, o número de registos relativos às estratégias para a dinamização da IC em Angola, estratégias estas já apresentadas na Tabela 1.

Tabela 2: Documentos oficiais vs Estratégias para a dinamização da IC em Angola

| Documentos Oficiais | Estratégias para a dinamização da IC em Angola | | | | | |
|------------------------|--|---------------------------|--|------------------------------|-----------|---------------|
| | Carreira Académica (FPG; LI: outras referências) | Disseminação (Ar; Com) | Organização (CI; outras referências) | Parcerias (nac; inten) | Avaliação | Financiamento |
| D n.º 90/09 | 5 (5;0;0) | 0 | 0 | 1 (1;0) | 1 | 1 |
| DP n.º 196/11 | 5 (4;0;1) | 1 (0;1) | 0 | 6 (5;1) | 1 | 3 |
| DP n.º 201/11 | 5 (4;1;0) | 2 (2;0) | 1 (0;1) | 3 (2;1) | 4 | 4 |
| DP n.º 224/11 | 2 (0;0;2) | 2 (1;1) | 0 | 4 (1+3) | 7 | 2 |

Os resultados apresentados na tabela 2 indicam:

- existir uma variação considerável no número de registos, sobre IC, encontrado em cada um dos 4 documentos analisados (de 19, no DP n.º 201/11 a 8, no D n.º 90/90). Esta variação pode ser interpretada pela natureza dos documentos analisados, isto é, parece-nos razoável que as referências à IC no ES esteja mais presente no documento sobre a “Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” do que no das “Normas Gerais Reguladoras do Ensino Superior”;
- existe, também, uma variação considerável no número de registos encontrados nos 4 documentos analisados, em função de cada categoria relativa aos 6 tipo de estratégias dinamizadoras da IC (de 17, na categoria de “Carreira Académica” com maior incidência na formação pós-graduada dos docentes/investigadores (13), a 1 na de “Organização”. O número de registos superior a 10, e para além da categoria já referida, ocorre nas categorias de “Parceiras” (14, com predominância nas parceria nacionais (9)), na de “Avaliação” (13) e na de Financiamento (10). Esta variação, se olhada à luz das orientações oficiais para a IC no ES, pode ser interpretada em



função das prioridades das orientações para a IC, nos documentos analisados. A prioridade máxima que parece ser dada à capacitação dos recursos humanos, em contraponto com a da organização da IC, parece estar apenas parcialmente em concordância com políticas internacionais para a IC. Por exemplo, no *site* atual da Fundação para a Ciência e Tecnologia/FCT, em Portugal, pode ler-se que as unidades/centros de investigação, como forma de organização institucional da IC, "(...) são atualmente um pilar essencial de um sistema científico (...)"(ver em <https://www.fct.pt/apoios/unidades/>), valorizando assim a dimensão organizacional da IC, o que não parece acontecer na política sobre IC em Angola. Pelo contrário, a carreira académica, maioritariamente através da capacitação dos recursos humanos, está em concordância, por exemplo, com a política científica Portuguesa. No *site* da FCT, atrás referido, pode ler-se que os unidades/centros de investigação "(...)deverem possuir massa crítica adequada aos mesmos, assim como ambientes de trabalho propícios ao desenvolvimento de conhecimento e ao desenvolvimento da carreira dos seus membros (...). Também a valorização da avaliação da IC em Angola está em concordância, não só com políticas científicas internacionais (por exemplo, a FCT avalia, através de um painel internacional, todos os centros de investigação por ela financiados, de 5 em 5 anos), mas também com estudos recentes realizados em Angola no âmbito do ES (por exemplo, André, 2016; Silva, 2016);

- apesar das variações referidas, o nosso estudo corrobora o afirmado por Buga (2017a) de que existe atualmente um quadro jurídico-legal e normativo da IC em Angola, o que parece traduzir a vontade política da expansão e valorização da qualidade da IC no País.

Estudo de caso: IC em ISCED

a) Caracterização das Instituições participantes e das(os) entrevistadas(os)

A escolha dos 4 contextos onde se realizou o estudo de caso baseou-se no critério de proximidade geográfica em relação à da Instituição do 1º autor deste artigo (cidade do Lubango), o único residente em Angola. Os critérios para a escolha dos 10 participantes entrevistados, foram i) a disponibilidade manifestada para colaborar no estudo e ii) a responsabilidade pela IC na respectiva Instituição.

A tabela 3 apresenta, para cada um dos participantes (com base no código que lhe foi atribuído), a sua caracterização em relação à Instituição a que se encontram veiculado (nome, região académica e âmbito de atuação), e o seu perfil quanto ao sexo, cargo, grau académico mais elevado e área de formação.

Os resultados da tabela indicam:

- em duas das instituições participantes (ISCED de Benguela e da Huíla) foram entrevistados 3 sujeitos, e nas outras (ISCED do Cuanza Sul do Huambo) 2;



- as instituições participantes pertencem a 3 regiões académicas/RA (RA II- ISCED de Benguela e do Cuanza Sul; RA V- ISCED do Huambo; RA VII- ISCED da Huíla), e o âmbito da sua atuação é Provincial para 2 delas (ISCED do Huambo e da Huíla), e Regional para as restantes (ISCED de Benguela e do Cuanza Su);
- Todos os entrevistados têm o grau de doutoramento (PhD), a maioria é do sexo masculino (6), a área de formação mais frequente é a de Educação (4) e todos exercem cargos de responsabilidade institucional, em particular quanto à missão investigativa.

Tabela 3: Caracterização dos participantes no estudo de caso

| Participante (código) | Instituição e tipo (nome/N, região académica/RA e âmbito de atuação/AA) | | | Perfil do entrevistado (sexo/F ou M, cargo/C, grau académico mais elevado/GA e área de formação/AF) | | | |
|--------------------------|---|----|------------|---|---|-----|----------------------|
| | N (ISCED da/ e/o ...) | RA | AA | F ou M | C | GA | AF |
| B1 | ... Benguela | II | Regional | F | Decana | PhD | Educação |
| B2 | | | | F | Vice Decana (área científica) | PhD | Psicologia |
| B3 | | | | M | Vice Decano (área académica) | PhD | Educação |
| CS1 | ... Cuanza Sul | II | Regional | F | Decana | PhD | Agronomia |
| CS2 | | | | M | Vice Decano (área académica) | PhD | Teologia |
| Hb1 | ... Huambo | V | Provincial | M | Diretor Geral | PhD | Agronomia |
| Hb2 | | | | M | Diretor Geral Adjunto(área científica) | PhD | Teologia |
| Hu1 | ... Huíla | VI | Provincial | M | Diretor Geral Adjunto(área científica) | PhD | Ciências da Terra |
| Hu2 | | | | M | Diretor do CIDE (*) | PhD | Ciências Sociais |
| Hu3 | | | | F | Diretora do CEBEA (**) | PhD | Biologia |

* Centro de Investigação e Desenvolvimento Educacional;

**Centro de Biodiversidade e Educação Ambiental)



b) Caracterização das percepções das(os) entrevistados

O guião da entrevista realizada, o mesmo para todas(os) as(os) entrevistadas(os), constava dos seguintes blocos temáticos/BT: Legitimação da entrevista e motivação para a sua realização (BT 1); caracterização da IC na Instituição quanto i) à sua organização, ii) às áreas de intervenção, iii) à produção científica, iv) à dimensão da internacionalização e v) às estratégias de dinamização usadas na missão investigativa (BT 2); caracterização dos principais fatores potenciadores da IC e seus constrangimentos (BT 3) e, por fim, identificação de sugestões para melhorar a qualidade da IC, em particular em termos de estratégias para a sua dinamização futura (BT 4).

As entrevistas tiveram a duração aproximada de 60 min, foram áudio-gravadas, depois do consentimento informado das(os) entrevistadas(os), e posteriormente totalmente transcritas. As transcrições foram submetidas a uma análise de conteúdo, segundo a teoria de Bardin (2014) com recurso ao software webQDA 3.0. As categorias emergentes resultaram de um processo que cruzou o enquadramento teórico e normativo do estudo e as falas das(os) entrevistadas(os).

Atendendo ao principal objetivo do estudo relatado neste artigo, os resultados serão focados nos dados analisados referentes aos BT 3 e 4. Os resultados são organizados por Instituição participante e, por questão de simplificação mas não retirando a dimensão complexa da análise, apresentados através do número de registos apenas nas categorias estabelecidas a partir da fala dos participantes, e ilustrados com excertos das mesmas.

- Caracterização dos principais fatores potenciadores da IC e seus constrangimentos (BT 3)

A tabela 4 e 5 apresentam os resultados relativos à dimensão “fatores potenciadores da IC” e à de “Constrangimentos da IC realizada”, respetivamente.

Tabela 4: Fatores potenciadores da IC, por Instituição

| Instituições | Categorias (C) da dimensão “Fatores potenciadores da IC” | | | |
|------------------|---|--|---|--|
| | C1- Existência de um referencial normativo para a IC em IES em Angola | C2- Capacitação de recursos humanos (através da formação pós-graduada) | C3- Comprometimento dos docentes / investigadores | C4- Organização da IC (em centros de investigação) |
| ISCED_Benguela | 0 | 5 | 3 | 1 |
| ISCED_Cuanza Sul | 0 | 2 | 0 | 0 |
| ISCED_Huambo | 1 | 4 | 0 | 2 |
| ISCED_Huíla | 0 | 1 | 0 | 4 |



Os resultados da tabela 4 indicam que:

- o maior número de registos foi encontrado na categoria “Capacitação de recursos humanos (através da formação pós-graduada)” – 12, seguida das categorias “Organização da IC (em centros de investigação)” – 7 e da de “Comprometimento dos docentes /investigadores” – 3, e apenas 1 registo foi encontrado na categoria “Existência de um referencial normativo para a IC em IES em Angola”. Assim, e em concordância com os resultados da análise documental, a capacitação de recurso humanos emergiu como o fator mais relevante que tem potenciado a IC em todas as 4 Instituições, com exceção da do ISCED_Huíla. Nesta instituição, o fator que mais tem potenciado a IC é a sua organização em centros de Investigação. De notar que nesta Instituição existem atualmente dois centros de investigação (CIDE e CEBDEA). Ao contrário do que os resultados da análise documental evidenciou, mas em concordância com as políticas educativas para a IC, parece que a existência de centros de investigação no ISCED_Huíla, tem sido um fator potenciador da IC realizada.

Ilustram-se, de seguida, com alguns excertos das entrevistas, a fala de entrevistadas(os), incluídas em categorias mais representativas na tabela 4.

Para C2:

“ (...) o facto de termos professores interessados em elevar o seu nível académico (...) envolvidos em cursos de pós-graduação, tem trazido muitos resultados positivos em termos da própria produção da investigação científica” (B1);

“ O ISCED do Huambo, de acordo com os seus estatutos, tem a possibilidade de dar a formação pós-graduada, em termos de mestrado e doutoramentos. Acreditamos ser esta uma potencialidade no desenvolvimento da nossa investigação” (Hb2).

Para C4:

“Nós temos duas estruturas de investigação. A investigação científica propriamente dita é feita em dois centros de investigação (...) estas estruturas potenciam a IC que realizamos” (Hu1).

Tabela 5: Constrangimentos da IC realizada, por Instituição

| Instituições | Categorias (C) da dimensão “Constrangimentos da IC realizada” | | |
|------------------|---|--|---|
| | C1- Recursos financeiros | C2- Recursos físicos (gabinetes; tecnologia) | C3- Condições de trabalho (carga horária leiva excessiva) |
| ISCED_Benguela | 6 | 5 | 5 |
| ISCED_Cuanza Sul | 6 | 4 | 2 |
| ISCED_Huambo | 4 | 0 | 1 |
| ISCED_Huíla | 9 | 2 | 0 |



Os resultados da tabela 5 indicam que:

- o maior número de registos, para todas as Instituições, foi encontrado na categoria “Recursos financeiros” – 25. De seguida foram as categorias “Recurso físicos”– 11, para todas as Instituições com exceção do ISCED_Huambo, e da de “Condições de trabalho” – 8, para todas as Instituições com exceção do ISCED_Huíla. Assim, e ao contrário do que aconteceu na dimensão anterior, todas as categorias consideradas evidenciam um número considerável de registos. Embora os resultados da análise documental ter evidenciado uma assinalável orientação para a necessidade de captação de financiamento para a IC, isso parece não estar ainda a acontecer nas Intuições estudadas. Uma das possíveis interpretações para este resultado pode advir de algum desconhecimento/não valorização do “Referencial normativo para a IC em IES em Angola”, conforme resultados apresentados na dimensão anterior (ver C1 na Tabela 4).

Ilustram-se, de seguida, com alguns excertos das entrevistas, a fala de entrevistadas(os), incluídas em categorias mais representativas na tabela 5.

Para C1:

“Como em toda Angola, eu digo sempre isso, os investigadores participam de eventos internacionais, quando são doutorandos. Quando terminam o doutoramento, fazem muito pouco. E por quê? Por causa dos custos, a instituição tem limitações financeiras e não se consegue apoiar os investigadores a saírem. Esse é um problema porque não temos dotação financeira. Não há dinheiro para isso” (Hu2);

“Há tempos atrás (...) já há bons anos, nós tínhamos o fundo de petróleo que estava diretamente direcionado para aspetos de investigação científica. Neste momento, não temos nenhum fundo em concreto que nos permita avançar para a investigação. Não temos nenhuma cláusula no orçamento do estado que seja direcionado à investigação” (B3);

“Toda a investigação precisa de recursos financeiros sérios; temos um constrangimento muito grande, fruto do que se está a viver no País (...). Esse é um grande constrangimento porque há muitas coisas que deviam, de fato, caminhar (...) os constrangimentos são mesmo financeiros. Não podemos fazer nada sem finanças (...)” (CS1).

Para C2:

“Não temos oportunidade de termos um espaço onde o professor possa concentrar-se, portanto tem a ver com as infraestruturas, concentra-se para poder se debruçar apenas na investigação” (B2);

“As condições tecnológicas, hoje, na era das tecnologias, são muito importantes. Isso implica que sinais, por exemplo, da Internet estejam em dia. Aqui nos nossos contextos, não temos. Só a ausência do sinal, a lentidão, a qualidade do sinal da internet atrapalha” (CS2).

Para C3:



“As nossas instituições estão muito mais voltadas para a atividade lectiva, esquecendo-se ou relegando a um segundo plano a própria investigação que é o escopo de uma instituição de ensino superior. Aliás, é o distintivo.” (B1);

“Porque se um professor tem uma carga horária muito grande, a nível da sala de aula, a atividade que mais se realiza, é claro que sobra pouco tempo para investigar” (B3).

- Identificação de sugestões para melhorar a qualidade da IC, em particular em termos de estratégias para a sua dinamização futura (BT 4)

A tabela 6 apresenta os resultados relativos à dimensão “Sugestões de estratégias para a dinamização da IC. De referir, e diferentemente da opção tomada nas dimensões anteriores, nesta olhamos para os dados em função das categorias identificadas nos documentos oficiais (ver Tabela 2). Esta opção justifica-se pela relevância que nos parece ter a consistência (ou não) das sugestões dadas pelos entrevistados com as orientações da política nacional para a IC.

Tabela 6: Sugestões de estratégias para a dinamização da IC, por Instituição

| Instituição | Dimensão: Sugestões de estratégias para a dinamização da IC | | | | | |
|-------------------|---|-----------------------------|-----------------------|---------------------------------|----------------|--------------------|
| | C1- Carreira Académica (FPG; LI) | C2 - Disseminação (Ar; Com) | C3 - Organização (CI) | C4 - Parcerias (internacionais) | C5 - Avaliação | C6 - Financiamento |
| ISCED_ Benguela | 3 (1; 2) | 7 (5; 2) | 3 | 5 | 0 | 4 |
| ISCED_ Cuanza Sul | 2 (2; 0) | 0 | 2 | 5 | 0 | 1 |
| ISCED_ Huambo | 0 | 0 | 1 | 3 | 0 | 1 |
| ISCED_ Huila | 1 (0; 1) | 2 (2; 0) | 1 | 1 | 0 | 0 |

Os resultados da tabela 6 indicam que:

- o maior número de registos, em termos de totais para todas as Instituições, foi encontrado na categoria “Parcerias” – 15, seguindo-se as categorias “Disseminação” – 9, “Organização” – 7, e em igual número nas categorias “Carreira Académica” e “Financiamento” – 6. De notar a ausência de qualquer registo na categoria “Avaliação”. Estes resultados sugerem a existência de concordância, mas também de discordância, com as orientações da política nacional para a IC (ver tabela 2). As discordâncias são mais relevantes, quer na valorização dada à categoria “Organização, quer na desvalorização da categoria “Avaliação”. Estes resultados podem ser interpretados pela maior focalização dos entrevistados nas experiências positivas vivenciada na sua



Instituição, como por exemplo na organização da IC em centros de investigação, do que nas orientações da política investigativa do País, por exemplo a valorização da avaliação da IC.

Ilustram-se, de seguida, com alguns excertos das entrevistas, a fala de entrevistadas(os), incluídas em algumas das categorias mais representativas na tabela 5.

Para C2 e ausência de registos em C5:

“os docentes são avaliados anualmente quanto à assiduidade e pontualidade, através de um instrumento do Ministério da Administração Pública e Segurança Social (o MAPESS) mas os aspetos da produção científica dos docentes não estão contemplados, e terão que o ser” (Hu2).

Para C3:

“O centro de investigação é outro aspecto importante a referir. Nós não temos um centro de investigação. Temos um núcleo apenas (...)equipas de trabalhos estão a trabalhar nisso (...) é um trabalho que tem que ser feito.” (B2).

Para C4 e C6:

“ (...) Trata-se de uma parceria com uma instituição de ensino superior, também, de ciências da educação que estamos a desenvolver (...). As condições que neste momento estamos a atravessar, financeira, para nós seria uma mais-valia porque essa parceria futura envolve com despesas partilhadas” (CS2).

Considerações finais

Este estudo assenta no pressuposto da importância da IC, enquanto eixo potenciador da qualidade das IES, em particular em Angola e em ISCED. Neste País existe já um quadro jurídico-legal e normativo da IC, conforme refere a literatura (por exemplo, Buza, 2017a), e se evidenciou com os resultados obtidos na primeira fase do nosso estudo empírico. Muitas das orientações normativas estão em consonância com estudos realizados no País (ver por exemplo, Silva, 2016 no que se refere à necessidade de se monitorizar e avaliar a IC), mas outras não (ver por exemplo, política da FCT, em Portugal, quanto à relevância da organização da IC em centros de investigação).

O estudo de caso, realizado no contexto de 4 ISCED e no qual foram entrevistados 10 sujeitos com responsabilidades institucionais na missão investigativa, e relativamente à IC nelas realizadas, evidenciou i) a capacitação dos recursos humanos, através da pós-graduação, e a organização da IC em centros de investigação, como fatores importantes que a potenciam, e ii) a falta de financiamento e de infra-estruturas, como maiores constrangimentos à IC que se almeja desenvolver. No que diz respeito à identificação de estratégias dinamizadoras da IC que se pretende desenvolver, os entrevistados identificam, como mais importantes, o reforço de parcerias internacionais, e a organização da investigação em centros de investigação.



Algumas das estratégias sugeridas estão em dissonância com orientações dadas pelos normativos nacionais e com a literatura da especialidade, nomeadamente no que concerne a organização da IC e a sua avaliação. Com base no estudo agora apresentado, sugerem-se estratégias para potenciar e incrementar a qualidade da IC nos ISCED, como por exemplo i) dinamizar atividades para um melhor conhecimento e integração das orientações da política investigativa do País no planeamento da IC a realizar, ii) organizar a IC em centros de investigação e iii) valorizar a monitorização e avaliação da IC.

Referências

- Albarello, L., Digneffe, F., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint - Georges, P. (2005). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Amado, J. (coord.) (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, 1ª edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- André, A. (2016). Avaliação da qualidade em instituições de ensino superior públicas angolanas. Tese de Doutoramento em Educação (não publicada), Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro.
- Bardin, L. (2014). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Ltda.
- Buza, A. (2017a). Investigação científica e produção de conhecimento sobre o ensino superior em angola: realidade e desafios. Power-Point apresentado na 7ª Conferência da FORGES, Moçambique (Maputo), Disponível em <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/12/Alfredo-Buza-FORGES.pdf>.
- Buza, A. (2017b). Investigação científica e produção de conhecimento sobre o ensino superior em angola: realidade e desafios. In Resumos das Comunicações apresentadas na 7ª Conferência da FORGES (pp.10), Moçambique (Maputo), Disponível em www.aforges.org.
- Ferreira, A. (2011). Repensar o papel dos ISCED's. In E. Silva e P. Bondo (orgs) *Actas do I Encontro Nacional das Ciências da Educação* (pp. 9-14), Braga, Portugal: CIEd - Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho e Luanda, Angola: EDUAN - Editora da Universidade Agostinho Neto.
- Kotecha, P. (ed.) (2012). *Um Perfil do Ensino Superior em África Austral*. Volume I: Perspectiva regional, Joanesburgo: SARUA.
- Silva, E. (2011). Ciências da Educação: novos espaços de intervenção e perfis de formação. In E. Silva e P. Bondo (orgs) *Actas do I Encontro Nacional das Ciências da Educação* (pp. 23-42), Braga, Portugal: CIEd - Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho e Luanda, Angola: EDUAN - Editora da Universidade Agostinho Neto.
- Silva, E. (2016). A avaliação institucional no ensino superior em Angola. O desafio da qualidade e a gestão das IES. Comunicação apresentada na 6ª Conferência do FORGES, Campinas, Brasil. Disponível em http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/17-Eugenio-Silva_Avaliacao-institucional-no-ES-em-Angola.pdf.
- Silva, E. e Bondo, P. (orgs) (2011). Conclusões finais. In E. Silva e P. Bondo (orgs) *Actas do I Encontro Nacional das Ciências da Educação* (pp. 7-8), Braga, Portugal: CIEd - Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho e Luanda, Angola: EDUAN - Editora



da Universidade Agostinho Neto.

UNESCO (2009). Declaração da Conferência Mundial de Educação Superior. Paris: Unesco

Varela, B. (2015). O Ensino Superior em África: potencialidades, desafios e perspetivas. Comunicação em Conferência na Universidade Federal do Pará, Disponível em https://www.researchgate.net/publication/282980170_O_Ensino_Superior_em_Africa_potencialidades_desafios_e_perspetivas

Documentos legislativos

Assembleia Nacional (2010). Constituição da República de Angola. Diário da República, I Série, Nº 23, 141-187 (5 de fevereiro).

Decreto-Lei n.º 5/09 (2009). Regiões Académicas das Instituições de Ensino Superior. Diário da República, I Série, Nº 64, 1708-1709 (7 de abril).

Decreto-Lei n.º 7/09 (2009). Reorganização da rede de instituições de ensino superior públicas, Diário da República, I Série, Nº. 87, 1855-1858 (12 de maio).

Decreto n.º 90/09 (2009). Normas Gerais Reguladoras do Ensino Superior. Diário da República, I Série, Nº 237, 3951- 3970 (15 de dezembro)

Decreto Presidencial nº 196/11 (2011). Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Diário da República I, Série. Nº130, 3369-3393 (11 de julho).

Decreto Presidencial n.º 201/11 (2011). Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Diário da República, I série, Nº137, 3569-3592 (20 de julho).

Decreto Presidencial n.º 224/11 (2011). Mecanismo de Coordenação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Diário da República, I série, Nº 153, 3853-3864 (11 de agosto).

Lei n.º 17/16 (2016). Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, Nº 170, 3993-4013 (7 de outubro).